

# **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: A relevância da DRE para a análise dos indicadores de Lucratividade e Rentabilidade<sup>1</sup>**

VILELA, Gabryelle Christina Souza<sup>2</sup>

## **RESUMO**

As demonstrações financeiras cumprem um importante papel da contabilidade de gerar, para seus usuários, informações úteis para o processo decisório. Com esses documentos, o usuário da contabilidade possui acesso a dados relevantes possibilitando decisões mais assertivas diante da operação da entidade. Desse modo o tema deste trabalho trata da relevância da Demonstração do Resultado do Exercício para a geração de informações úteis com o objetivo de demonstrar a sua relevância para a análise dos indicadores de Lucratividade e Rentabilidade. Para isso, o trabalho busca responder ao seguinte problema de pesquisa: “Como a análise da Demonstração do Resultado do Exercício pode contribuir para a melhoria dos indicadores de Lucratividade e Rentabilidade?” A metodologia empregada para o desenvolvimento do presente trabalho será utilizada pesquisa bibliográfica com base, principalmente, em ASSIS, BANDEIRA, SEVERIANO, além de um estudo de caso hipotético para esclarecer a aplicação da temática em um exemplo prático. Ante ao exposto é válido considerar que a Demonstração do Resultado do Exercício, além de possibilitar analisar os dados atuais, pode auxiliar em correções de gargalos operacionais para períodos futuros.

**Palavras-Chave:** Demonstração contábil. Lucratividade. Rentabilidade. Indicadores

## **ABSTRACT**

Financial statements fulfill an important role of accounting to generate, for their users, useful information for the decision-making process. With these documents, the accounting user has access to relevant data, enabling more assertive decisions regarding the entity's operation. Thus, the subject of this work deals with the relevance of the Income Statement for the Year for the generation of useful information in order to demonstrate its relevance for the analysis of Profitability and Profitability indicators. For this, the work seeks to answer the following research problem: "How can the analysis of the Income Statement for the Year contribute to the improvement of Profitability and Profitability indicators?" The methodology used for the development of this work will be used bibliographic research based mainly on ASSIS, BANDEIRA, SEVERIANO, in addition to a hypothetical case study to clarify the application of the theme in a practical example. In view of the above, it is valid to consider that the Income Statement for the Year, in addition to making it possible to analyze current data, can help in correcting operational bottlenecks for future periods.

**Keywords:** Accounting statement. profitability. Profitability. indicators

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso orientado pelo Professor Especialista Ivan Darley de Oliveira Sousa, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis no segundo semestre de 2022, na Faculdade de Inhumas FacMais.

<sup>2</sup> Acadêmica do VIII Período do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Inhumas FacMais. E-mail: gabryellevilela@aluno.facmais.edu.br.

## 1. INTRODUÇÃO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é uma demonstração contábil elaborada, com base nas operações da entidade, com o propósito de medir o desempenho econômico da mesma em um determinado período. Com base nessa demonstração contábil o gestor pode extrair informações de grande relevância para a continuidade da entidade como, por exemplo, despesas desnecessárias ou gargalos econômicos na sua operação.

Diante disto, o tema do presente artigo é a análise da demonstração do resultado do exercício e a sua relevância para a determinação e análise dos indicadores de rentabilidade e lucratividade, contribuindo para a continuidade da entidade.

O objetivo geral deste trabalho se pauta em demonstrar a relevância da Demonstração do Resultado do Exercício para o processo decisório, principalmente quando relacionado aos indicadores de Lucratividade e Rentabilidade, contribuindo com a continuidade da entidade.

É notável que vários empresários vejam as demonstrações financeiras meramente para o desempenho de obrigações fiscais e demandas de entidades externas, como fornecedores e instituições financeiras.

Nesse cenário o presente artigo se propõe a reunir informações visando e responder ao seguinte problema da pesquisa: “Como a análise da Demonstração do Resultado do Exercício pode contribuir para a melhoria dos indicadores de Lucratividade e Rentabilidade?”

Os motivos pessoais para a execução dessa pesquisa se deram pelo interesse da autora sobre a temática, sendo considerado, pela mesma, uma competência indispensável para atuação como profissional da contabilidade.

Para o desenvolvimento do presente trabalho serão utilizadas pesquisas bibliográficas, com o intuito de dar sustentabilidade científica ao trabalho, tendo como base publicações na área da contabilidade e livros da Biblioteca Virtual FacMais (Minha Biblioteca).

Será utilizado, ainda, o estudo de caso com dados hipotéticos de forma a demonstrar a aplicabilidade prática da análise das demonstrações contábeis.

## **2. A RELEVÂNCIA DA CONTABILIDADE NO PROCESSO DE GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES ÚTEIS PARA O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO**

Para as empresas atuais que operam em qualquer tipo de mercado, a informação pode ter um valor incalculável quando se trata de estratégia de negócios e tomada de decisão, desta forma, adquirir informações críticas e úteis sobre a situação econômica no momento apropriado é de suma importância para a continuidade operacional.

Assis et al (2016), por exemplo, afirmam que:

Para que empresários ou gestores possam avaliar a real situação vivenciada por uma determinada organização, é preciso averiguar atentamente as demonstrações financeiras da empresa, com o intuito de retirar delas os dados necessários para obtenção das informações desejadas.

Ainda segundo Assis et al (2016), visto que o mercado torna-se cada vez mais competitivo e saturado, é de suma importância para o gestor ou investidor, ter em mãos demonstrações precisas de seus lucros ou prejuízos em relação aos concorrentes, mostrando com plenitude que a empresa consegue honrar suas obrigações.

Com base nos autores fica evidente que a informação é um elemento de grande relevância para a eficiência operacional de uma organização. Uma organização sem informações seguras pode comprometer a sua operação e, conseqüentemente, a sua continuidade.

Sob a ótica contábil, uma vez que ela objetiva estudar e controlar o patrimônio da entidade e suas variações, vale ressaltar que a informação contábil pode subsidiar o gestor da entidade a tomar decisões mais assertivas e com maior qualidade.

Silva e Ordones (2014) afirmam que:

Vale ressaltar que o fato das constantes mudanças que as organizações se deparam diariamente, as mesmas tornam-se carente de informações que possam colocar em prova a presente situação financeira da organização, assim sendo, as informações são as principais aliadas para os administradores/gestores na identificação de possíveis ameaças dentro do cenário econômico.

Assaf Neto (2010) apud Bandeira (s/d, p. 4), assegura que:

Mediante as demonstrações contábeis é possível planejar ações que permitam a análise da situação econômico-financeira da empresa, como a evolução e estrutura do patrimônio, os resultados, a liquidez, o endividamento, retorno sobre os investimentos e a lucratividade.

Convergindo com a citação supra, a Norma Brasileira de Contabilidade Técnicas Gerais - Estrutura Conceitual - NBC TG - EC (2019) define que:

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações financeiras sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade que reporta que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis na avaliação das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a entidade que reporta e na avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade.

Ainda como complemento, conforme a NBC TG 26 (R5) (item 9.):

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.

Dessa forma, considera-se que as demonstrações contábeis proporcionam informações de datas passadas, que auxilia a tomada de decisões futuras da organização em relação à situação financeira, mitigando incertezas e conseqüentemente os riscos. Vale ressaltar que quanto maior for a decisão a ser tomada, maior será a necessidade de informações precisas.

Além de detalhar o desempenho da entidade, as demonstrações contábeis são capazes de identificar se a mesma obteve lucro ou prejuízo em determinado período podendo, também, analisar o desempenho da atual gestão, se ela cumpriu ou não seu papel em tomar decisões assertivas para a empresa, de modo a gerar lucro.

As demonstrações contábeis são a forma mais simples e clara para que os seus usuários possam fazer a avaliação da empresa, seja para a venda ou compra da mesma, ou até mesmo para verificar e apontar melhorias a serem executadas.

Os elementos patrimoniais são o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade. Aquele que compõe o patrimônio da organização e divide-se em

Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Dando sustentabilidade para a afirmação acima Araújo (s/d, p.3) expõe de forma simplificada:

São aquelas em que registramos os bens, direitos e obrigações. Poderão ser ativas, quando representam bens e direitos, ou passivas, quando representam obrigações. A conta patrimonial ativa terá sempre o saldo devedor, e a conta patrimonial passiva terá sempre o saldo credor. Todos os fatos permutativos serão registrados nas contas patrimoniais.

De forma mais clara, Braga (2009) exemplifica a divisão patrimonial de uma entidade através do modelo de Balanço Patrimonial:

#### Quadro 1. - Modelo Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1. Ativo Circulante	3. Passivo Circulante
1.1 Disponibilidades Financeiras	3.1 Fornecedores
1.2 Direitos Realizáveis a Curto Prazo	3.2 Encargos Sociais a Pagar
1.3 Estoques	3.3 Ordenados e Salários a Pagar
2. Ativo Não Circulante	3.4 Impostos e Taxas a Pagar
2.1 Realizável a Longo Prazo	3.5 Dividendos a Pagar
2.2 Investimentos	3.6 Provisões para Encargos a Pagar
2.3 Imobilizado	3.7 Empréstimos e Financiamentos a Pagar
2.4 Intangível	4. Passivo Não Circulante
	4.1 Fornecedores (longo prazo)
	4.2 Empréstimos e Financiamentos
	5. Patrimônio Líquido
	5.1 Capital Realizado
	5.2 Reservas de Capital
	5.3 Ajustes de Avaliação Patrimonial
	5.4 Reservas de Lucros
	5.5 Ações em Tesouraria (-)
	5.6 Prejuízos Acumulados (-)

Fonte: Braga (2009); Resolução CFC nº 1.185/09.

O quadro acima apresentado mostra de forma clara e objetiva os elementos patrimoniais e de que forma eles se dividem.

Verifica-se do lado esquerdo, no grupo Ativo, que representam de forma resumida os bens e direitos da entidade. De acordo com a NBC TG - EC (2019) o “Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.”

Se tratando dos tipos de ativo, conforme supracitado, é correto afirmar que se dividem em bens e direitos da entidade.

Com relação ao prazo de realização, um elemento do Ativo pode ser classificado em Ativo Circulante (disponibilidade financeira mais rápida) e Ativo não Circulante (bens e direitos de realização mais demorada).

Segundo a Lei 6404/76, classificam-se “no ativo circulante: as

disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte”. Ou seja, no ativo circulante são classificados os bens e direitos da entidade que possuem prazo de realização até o final do exercício seguinte a que se refere.

Ainda com base na citação acima é possível definir os elementos que classificam-se no Ativo Não Circulante. Tendo em vista o prazo de realização do Ativo Circulante, é válido afirmar que os elementos no subgrupo Ativo Não Circulante classificam-se os bens e direitos que possuem expectativa de realização após o fim do exercício social seguinte.

A Lei 6404/76 exemplifica os elementos do Ativo Não Circulante como:

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

V - (Revogado pela Lei nº 11.941, de 2009)

VI - no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

No lado direito do Modelo Balanço Patrimonial elaborado por Braga (2009), observa-se os grupos do Passivo e do Patrimônio Líquido que representam, de forma resumida, as obrigações da entidade.

A NBC TG - EC (2019) define que:

Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

Para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos:

- (a) a entidade tem uma obrigação;
- (b) a obrigação é de transferir um recurso econômico; e
- (c) a obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados

Ele se subdivide em Passivo Circulante (obrigações de curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações de longo prazo). Assim como na classificação do Ativo, a Lei 6404/76 esclarece a diferença entre Passivo Circulante e Passivo Não

Circulante. Segundo a norma “ serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior.”

Ainda no patrimônio encontra-se o grupo Patrimônio Líquido que integra a conta do capital próprio da entidade. Segundo o NBC TG - EC (2019) os elementos classificados como Patrimônio Líquido são:

reivindicações contra a entidade que não atendem à definição de passivo. Essas reivindicações podem ser estabelecidas por contrato, legislação ou meios similares, e incluem, na medida em que não atendem à definição de passivo: (a) ações de diversos tipos emitidas pela entidade; e (b) algumas obrigações da entidade de emitir outro direito sobre o patrimônio líquido.

De forma mais clara, os elementos patrimoniais classificados como Patrimônio Líquido referem-se a obrigações da entidade com os seus investidores decorrentes do investimento realizado. É possível exemplificar como o Capital Social e as reservas de lucros (que ocorrem por conta da operação sustentada, inicialmente, pelo investimento realizado pelos investidores.

Um outro ponto importante de se destacar é que os elementos patrimoniais de uma entidade são demonstrados através do Balanço Patrimonial que, conforme já mencionado, é a demonstração contábil que apresenta o patrimônio de uma entidade ao final de um determinado exercício.

Já as contas contábeis de resultado se encarregam de mostrar o desempenho da entidade num determinado período. Os elementos de resultado são as receitas e despesas que ao final do exercício indicaram o resultado, ou seja, se a empresa obteve lucro (resultado positivo) ou prejuízo (resultado negativo) durante determinado período.

Dando sustentabilidade para a afirmação acima Sousa e Martins (2010, p.21) definem que os elementos de resultado “tem por finalidade evidenciar a formação do lucro ou prejuízo do exercício social, mediante a confrontação das receitas realizadas com as despesas incorridas.”

Os elementos de resultado são tão importantes quanto os elementos patrimoniais, pois em face destes o usuário da entidade pode perceber gargalos do seu resultado econômico e corrigi-los para os exercícios futuros, contribuindo, assim, para a apuração de um resultado mais promissor para a entidade.

Segundo o NBC TG - EC (2019) receitas e despesas são definidas da

seguinte forma:

Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

Despesas são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.

Sobre a definição supra vale exemplificar que, ao identificar que a receita representam aumentos de ativos, é válido mencionar, por exemplo, a receita de vendas que, quando realizada a vista representará um aumento no subgrupo Caixas e Equivalentes e, quando realizada a prazo, representará um aumento do direito a receber de clientes.

Já as despesas, tratam-se de reduções de ativos quando há, por exemplo, o desembolso para cobertura de gastos da entidade e pode representar uma redução do passivo quando, por exemplo, há um desconto obtido sobre uma compra já realizada.

Ambos os elementos de resultado, ao final do exercício, influem sobre o Patrimônio Líquido, uma vez que se as receitas superarem os gastos, a empresa apurará um lucro e, pelo contrário, apurará um prejuízo.

Um outro ponto importante a considerar sobre os elementos de resultado é que estes são reconhecidos sob o regime de competência, ou seja, no momento da ocorrência do seu fato gerador, independentemente da realização do pagamento ou recebimento.

O pronunciamento técnico supramencionado NBC TG - EC (2019) destaca que:

O regime de competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta nos períodos em que esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente.

Esse regime de apuração é de grande relevância para a mensuração do resultado pois apresenta o desempenho econômico da entidade, ou seja, o desempenho que a entidade apurou no período a que se refere, mesmo que os reflexos financeiros ocorram em períodos diferentes.

A demonstração contábil destinada a evidenciar o resultado econômico

apurado pela entidade é a Demonstração do Resultado do Exercício, conhecida, também, pela sigla DRE.

Sande e Neiva (2021) definem que:

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é uma demonstração financeira obrigatória para todas as empresas, independentemente da sua natureza jurídica. Seu objetivo consiste em fornecer aos usuários da Contabilidade os dados essenciais para formação do resultado (lucro ou prejuízo) do exercício. Em síntese, a DRE é uma forma organizada de confrontar receitas com despesas para obter o resultado do período.

Braga (2009) apresenta, abaixo, um exemplo da estrutura utilizada pela Demonstração do Resultado do Exercício para apurar o desempenho econômico de uma organização:

#### Quadro 2. - Modelo Demonstração do Resultado do Exercício

**Quadro 2: Modelo Demonstração do Resultado do Exercício**

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	
1	RECEITA OPERACIONAL BRUTA
1.1	Vendas de Produtos ou Mercadorias
1.2	Prestações de Serviços
2	DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA
2.1	ICMS/ISS sobre vendas
2.2	PIS/COFINS sobre o faturamento
2.3	Devoluções e abatimentos
3	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (1-2)
4	CUSTOS OPERACIONAIS
4.1	Custo dos produtos ou das mercadorias vendidas
4.2	Custo dos serviços prestados
5	LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO (3-4)
6	DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS
6.1	Despesas de vendas
6.2	Despesas gerais e administrativas
6.3	Outras despesas (receitas) operacionais
6.3.1	Resultado da equivalência Patrimonial
7	RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS (5-6)
8	RESULTADO FINANCEIRO
8.1	(-) Despesas Financeiras
8.2	(+) Receitas Financeiras
9	RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO (7+8)
10	TRIBUTOS SOBRE O LUCRO
10.1	Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
10.2	Provisão para Imposto de Renda
11	RESULTADO LÍQUIDO DE EXERCÍCIO APÓS OS TRIBUTOS (9-10)
12	PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS
13	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (11-12).

Fonte: Braga (2009); Resolução CFC nº 1.185/09.

O quadro, acima apresentado, é a representação da DRE, onde verifica-se de forma clara a ordem e deduções que a mesma deve ser elaborada para obter o resultado.

No topo do quadro pode-se observar a Receita Operacional Bruta, que são as receitas provenientes das atividades contínuas produzidas pela empresa, por exemplo, vendas, prestações de serviços ou receita de locações. Vale ressaltar que

na Receita Bruta não há, ainda, deduções de, por exemplo, tributos sobre a receita ou descontos incondicionais.

Segundo a Lei 12973/2014:

A receita bruta compreende:

- I - o produto da venda de bens nas operações de conta própria;
- II - o preço da prestação de serviços em geral;
- III - o resultado auferido nas operações de conta alheia; e
- IV - as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica não compreendidas nos incisos I a III.

Logo em seguida há as Deduções da Receita Bruta, que correspondem as devoluções da venda realizada, tributos que incidem sobre a receita ou, ainda, descontos concedidos incondicionalmente resultando, assim, na Receita Líquida, que nada mais é que a receita bruta menos as deduções.

Conforme a Lei 12.973/2014, a receita líquida será a receita bruta diminuída de devoluções e vendas canceladas, descontos concedidos incondicionalmente, tributos sobre ela incidentes e valores decorrentes do ajuste a valor presente, ou seja, as Deduções da Receita Bruta.

Os Custos, por sua vez, são os gastos decorrentes da produção dos bens ou serviços prestados, além, também, de ser incorrido pelas vendas realizadas. Segundo Martins (2003, p.25), “custo é o gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços”

Deduzindo o custo da Receita Líquida já será possível verificar o Resultado Bruto, mas, para verificar o resultado líquido, ainda se faz necessário deduzir as Despesas geradas pela parte administrativa e financeira, entre outras, além da seguinte dedução dos Tributos Sobre o Lucro.

Por fim o Resultado Líquido do Exercício indicará o possível Lucro ou Prejuízo apurado pela entidade no referido exercício.

O lucro do período pode ser verificado pelo valor positivo apresentado no final da DRE, assim como também pode ser observado se houve prejuízo, através de um resultado oposto (negativo).

Mas vale ressaltar que as demonstrações contábeis apresentam dados extraídos da operação. Em face a esses dados é de suma importância que os dados forneçam informações úteis para o processo de tomada de decisões organizacionais.

Essa transformação dos dados das demonstrações em informações é

realizada pela análise de Demonstrações Contábeis Contábeis.

Martins, Diniz e Miranda (2012) apud Pereira (2018) definem que:

o objetivo da análise das demonstrações contábeis é avaliar o desempenho da empresa em um ou mais períodos, para: fazer projeções que ajudem na tomada de decisões de investimentos (comparação entre retornos, avaliação de riscos) e financiamento (concessão de crédito, avaliação de risco).

Esse processo pode ser feito apenas traduzindo em informações os dados extraídos diretamente das demonstrações ou, ainda, através de indicadores calculados com base nos referidos dados.

Como parte da temática deste artigo, serão analisados, principalmente, os indicadores de rentabilidade e lucratividade.

Santos e Barros, (2013, p. 279) apud Bandeira (S/D, p. 4) definem que:

“Os indicadores de rentabilidade são índices que se preocupam em apreciar os aspectos econômicos na análise das demonstrações por meio de indicadores financeiros. Os indicadores de rentabilidade “indicam o grau de eficiência da empresa na aplicação de seus negócios”.

De forma mais simples e clara é possível definir que esses indicadores fazem uma relação entre o desempenho da entidade com elementos patrimoniais. Em outras palavras, os indicadores de rentabilidade apresentam a capacidade do resultado da empresa em relação a elementos do patrimônio (normalmente Ativo ou Capital Próprio).

Diante disso, é possível dar destaque aos indicadores de rentabilidade e lucratividade presentes no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício, que buscam amparar os investidores e gestores com o abastecimento de dados relevantes em relação a circunstância em que a organização se encontra economicamente em obstinado período, além disso, possibilita comparar as informações colhidas e assistir ao progresso do negócio com o passar do tempo.

Dois pontos de vista muito similares a respeito dos índices de Rentabilidade são dos autores Padoveze e Benedicto (2004) e Martinewski (2009), eles fazem as seguintes afirmações:

Segundo Padoveze e Benedicto (2004), a análise da rentabilidade pode ser julgada como uma das mais significativas para a análise das demonstrações financeiras, pois seu propósito é expor o retorno do capital aplicado e detectar as

causas que levaram a esta taxa de rentabilidade.

Martinewski (2009), por outro lado, defende que os índices de rentabilidade apontam diretamente a rentabilidade que os capitais aplicados na empresa alcançaram, ou seja, quanto os investimentos empresariais obtiveram como retorno, o que indica o grau de elevação econômica da empresa.

Sob o aspecto de rentabilidade serão analisados, nesse artigo, a representatividade do Resultado sobre o Ativo Total, conhecido como Indicador de Retorno Sobre o Investimento e a representatividade do Resultado sobre o Capital Próprio, conhecido como Indicador de Retorno sobre o Capital Investido pelos Proprietários.

Marion (2023)<sup>3</sup> define, com relação aos indicadores supra que:

ROI é Return On Investment (Retorno sobre Investimento, que é a mesma coisa que Retorno sobre Ativo ou TRI); ROE é Return On Equity (Retorno sobre o Capital Investido pelos proprietários, que é a mesma coisa que Retorno sobre Patrimônio Líquido ou TRPL).

O autor ainda apresenta as fórmulas para cálculo dos indicadores:

$$\boxed{\text{ROI} = \text{TRI} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}}} \times \boxed{\text{ROE} = \text{TRPL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}}$$

**FONTE:** Marion (2023) p. 122

Já sob a ótica da Lucratividade, o indicador pode mensurar a Margem Líquida das Vendas. Marion (2023) define que esse indicador mede o “Lucro Líquido em relação às Vendas. É a divisão do Lucro Líquido pelas Vendas, em porcentagem.”

Com esses indicadores, o usuário pode, por exemplo, constatar se o seu investimento está rendendo mais ou menos que outras aplicações apresentadas pelo mercado de capitais ou, ainda, ver a proporção que os bens e direitos estão gerando de resultado econômico através da operação da entidade.

Complementando com a Demonstração do Resultado do Exercício, podem ser verificados fatores para melhoria desses indicadores, por exemplo, despesas financeiras pagas indevidamente ou se os custos estão condizentes com a receita

---

<sup>3</sup> Referência retirada da página de créditos do livro. Disponível em [integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021264/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright!\]/4/38/1:6\[:%206%2C57\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021264/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright!]/4/38/1:6[:%206%2C57])

auferida.

### 3. ESTUDO DE CASO

Visando dar mais clareza a temática abordada, será realizado, nesse tópico, a análise das demonstrações contábeis comparativa da empresa fictícia Vilela Comércio e Serviços Ltda.

Vale ressaltar que as análises realizadas respeitaram o cunho científico do trabalho e, apesar dos dados das demonstrações contábeis apresentadas serem fictícios, alcançaram o objetivo proposto de demonstrar a extração de dados e a transformação dos mesmos em informações úteis para o processo decisório de uma organização.

Afim de contextualizar, a Vilela Comércio e Serviços Ltda é uma microempresa, enquadrada no Simples Nacional, que comercializa insumos de informática e presta serviços no mesmo seguimento. Iniciou suas operações em 10/02/2022 e, ao final de 2021, apresentou as demonstrações contábeis seguintes:

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS 2020 E 2021		
CONTA CONTÁBIL	2020	2021
<b>ATIVO</b>	<b>160.000,00</b>	<b>143.000,00</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>59.400,00</b>	<b>50.860,00</b>
<b>CAIXAS E EQUIVALENTES</b>	<b>18.786,20</b>	<b>16.452,35</b>
Caixa	615,35	1.271,75
Banco C/C	18.170,85	15.180,60
<b>CRÉDITO COM CLIENTES</b>	<b>4.690,00</b>	<b>12.210,00</b>
Clientes a Receber	4.690,00	12.210,00
<b>ESTOQUES</b>	<b>35.923,80</b>	<b>22.197,65</b>
Estoque para Revenda	35.658,70	21.890,75
Estoque para Uso ou Consumo	265,10	306,90
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>100.600,00</b>	<b>92.140,00</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>8.000,00</b>	-
Clientes a Receber	8.000,00	-
<b>IMOBILIZADO LÍQUIDO</b>	<b>92.600,00</b>	<b>92.140,00</b>
Móveis e Utensílios	8.600,00	11.200,00
Computadores e Periféricos	21.000,00	25.200,00
Veículos	70.000,00	70.000,00
(-) Depreciação Acumulada	- 7.000,00	- 14.260,00
<b>PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>160.000,00</b>	<b>143.000,00</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>45.900,00</b>	<b>34.110,00</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>27.900,00</b>	<b>28.110,00</b>
Fornecedores	14.168,00	13.910,14
Salários e Ordenados a PG	1.115,04	1.380,00
Tributos a Recolher	616,96	819,86
Empréstimos a PG	12.000,00	12.000,00
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>18.000,00</b>	<b>6.000,00</b>
Empréstimos a PG	18.000,00	6.000,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>114.100,00</b>	<b>108.890,00</b>
<b>CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO</b>	<b>60.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
Capital Social Subscrito	100.000,00	100.000,00
(-) Capital Social a Integralizar	- 40.000,00	-
<b>RESERVAS</b>	<b>54.100,00</b>	<b>8.890,00</b>
Resultados Acumulados	-	14.100,00
Resultado do Exercício	54.100,00	- 5.210,00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS 2020 E 2021		
EVENTO	2020	2021
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>125.320,00</b>	<b>132.290,85</b>
Venda de Mercadorias	75.320,00	77.290,85
Receita de Serviços Prestados	50.000,00	55.000,00
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>- 8.196,80</b>	<b>- 7.024,89</b>
(-) Vendas Canceladas	- 2.100,00	- 608,90
(-) Simples Nacional	- 6.096,80	- 6.415,99
<b>(=) RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>117.123,20</b>	<b>125.265,96</b>
<b>(-) CUSTOS</b>	<b>- 26.089,60</b>	<b>- 43.461,41</b>
(-) Custo da Mercadoria Vendida	- 21.089,60	- 29.780,16
(-) Custo do Serviço Prestado	- 5.000,00	- 13.681,25
<b>(=) RESULTADO BRUTO</b>	<b>91.033,60</b>	<b>81.804,55</b>
<b>(-) DESPESAS</b>	<b>- 36.933,60</b>	<b>- 87.014,55</b>
(-) Aluguel de Imóvel	- 10.000,00	- 18.360,00
(-) Água e Energia	- 1.350,00	- 1.500,00
(-) Salários	- 12.000,00	- 18.000,00
(-) FGTS	- 960,00	- 1.440,00
(-) Depreciação	- 7.000,00	- 7.260,00
(-) Telefone e Internet	- 600,00	- 2.280,65
(-) Material de Limpeza	- 265,85	- 2.576,55
(-) Material de Escritório	- 624,90	- 4.123,70
(-) Alimentação	- 389,95	- 2.702,40
(-) Serv. Teceirizados	- 3.028,65	- 15.990,25
(-) Aplicativos	- 405,35	- 5.890,75
(-) Juros por Atraso	- 308,90	- 6.890,25
<b>(=) RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES</b>	<b>54.100,00</b>	<b>- 5.210,00</b>
<b>(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>54.100,00</b>	<b>- 5.210,00</b>

INHUMAS-GO, 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Fonte: Elaborado pelo orientador

Diante das demonstrações contábeis supra, foram realizadas as análises

dos indicadores de rentabilidade e lucratividade, além de outros dados relacionados à estrutura de capital da entidade que, conseqüentemente, possibilitaram gerar as seguintes informações.

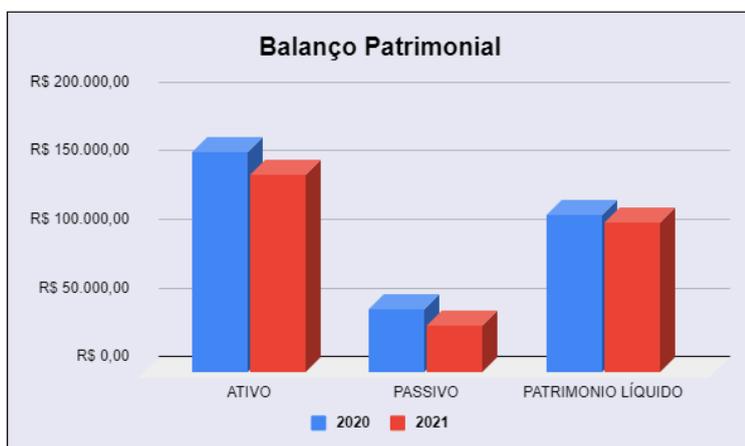
Inicialmente, pela análise do presente Balanço Patrimonial Comparativo, é visível que o grupo do Ativo (bens e direitos da entidade) apresentou um decréscimo referente à comparação do exercício de 2020 para 2021, respectivo ao valor de R\$17.000,00 correspondente a 10,62%.

O principal elemento que demonstrou essa queda foi o Estoque para Revenda, com uma redução monetária de R\$13.767,95 ou, em percentual, 38,61%. Apesar dessa representatividade, para fins de análise de estrutura a redução não é prejudicial para a entidade, desde que não comprometa a operação da mesma.

Em consequência à variação ocorrida no grupo “Ativo” houve, também, a mesma redução nas obrigações da entidade. O subgrupo do Passivo (obrigações da entidade com terceiros) apresentou uma redução total de R\$11.790,00 (25,69%) que decorreu da transferência parcial do empréstimo do longo prazo para o curto prazo.

Por fim da análise da estrutura patrimonial, o grupo do Patrimônio Líquido também apresentou, ainda que menos acentuada, um decréscimo de R\$5.210,00 (4,57%). Essa redução claramente se deu por conta do prejuízo ocorrido no exercício de 2021. É importante que a organização verifique, na operação, gargalos que justifiquem o resultado negativo e a queda do desempenho da operação que pode ser constatado analisando a Demonstração do Resultado do Exercício.

Foi elaborado o gráfico abaixo com o propósito de demonstrar, com mais clareza, a comparação da estrutura patrimonial entre os exercícios de 2020 e 2021, trazendo de forma visual todo o decréscimo obtido através da análise feita.



Tendo realizado a análise da estrutura de capital, foi desenvolvida a análise

dos indicadores de rentabilidade lucratividade com base na operação da entidade, conforme demonstrações apresentadas.

Para mensurar os indicadores de rentabilidade e, conseqüentemente, extrair informações úteis para o processo decisório, foram utilizadas, conforme já mostrado, as seguintes formas:

$$\boxed{\text{ROI} = \text{TRI} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}}} \times \boxed{\text{ROE} = \text{TRPL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}}$$

- 2020 - ROI = 54.100/160.000 = 0,3381 = 33,81%  
ROE = 54.100/114.100 = 0,4741 = 47,41%
- 2021 - ROI = -5.210/143.000 = -0,0364 = -3,64%  
ROE = -5.210/108.890 = -0,0478 = -4,78%

Desta forma pode-se afirmar que no exercício de 2020 a microempresa alcançou a seguinte rentabilidade: 33,81% de retorno obtido em relação ao investimento feito, e 47,41% de retorno obtido em relação ao capital investido. Pode-se afirmar que o exercício de 2020 operou com rentabilidade positiva e que teve o retorno esperado.

Já no exercício de 2021 a microempresa alcançou a seguinte rentabilidade: -3,64% de retorno obtido em relação ao investimento feito, e -4,78% de retorno obtido em relação ao capital investido. Pode-se afirmar que o exercício de 2021 operou com rentabilidade negativa e não obteve o retorno esperado.

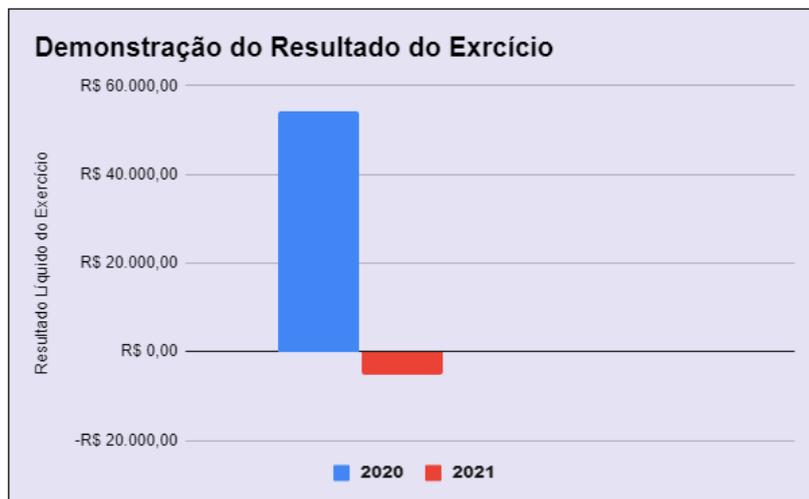
Diante dos dados apurados, a entidade alcançou em 2020 uma rentabilidade do Ativo de 33,81%, ou seja, o lucro apurado pela sua operação é equivalente a mais de  $\frac{1}{3}$  do total de bens e direitos acumulados ao final do exercício.

Entretanto é válido considerar que o prejuízo apurado no exercício seguinte possui um impacto significativo em sua operação, uma vez que a persistência desse cenário pode comprometer a continuidade da organização. É importante que a administração analise os principais gastos realizados e os gargalos operacionais para reverter, em períodos futuros, o resultado negativo apurado.

Como sugestão de análise de gargalos é válido considerar o aumento dos juros pagos por atraso, caso a empresa possua fluxo de caixa para honrar os compromissos em tempo hábil.

Vale analisar, ainda, a elevação desproporcional dos Custos do Serviço Prestado, se comparado com a Receita de Serviços Prestados. Enquanto a referida receita cresceu 10%, os respectivos custos apresentaram 173,62% de aumento.

Pode-se visualizar de forma mais clara, através do gráfico abaixo, a comparação entre o desempenho da entidade entre os exercícios apresentados.



Por fim, é importante analisar o indicador de lucratividade da organização para verificar a representatividade do seu resultado sobre a receita auferida. Para calcular a lucratividade alcançada, conforme apresentado no referencial teórico, foi utilizada a seguinte forma:

$$\text{LUCRATIVIDADE} = \frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{RECEITA TOTAL}} \times 100$$

- 2020 - Lucratividade =  $54.100/125.320 = 0,4317 = 43,17\%$
- 2021 - Lucratividade =  $-5.210/132.290,85 = -0,0394 = -3,94\%$

Diante dos dados apurados o primeiro ponto a destacar é que, o ótimo indicador de lucratividade apresentado pela entidade no exercício de 2020 demonstrou um desempenho, aparentemente, satisfatório com uma lucratividade próxima a 50%.

Vale ressaltar que essa lucratividade justifica a rentabilidade do exercício já mencionada em análise anterior.

Em segundo lugar, vale destacar que o resultado negativo apresentado no exercício de 2021 compromete a análise de lucratividade, uma vez que o indicador apresentado foi negativo. Portanto, pode-se assegurar que o exercício de 2020 obteve uma lucratividade significativamente maior se comparado ao exercício de 2021.

Vale ressaltar que, apesar de ser de grande importância para a administração, analisar os dados relativos à operação e verificar possíveis correções

para períodos futuros, há fatores externos que podem influenciar no desempenho de uma organização como impacto mercadológico ou crise sanitária como a pandemia da COVID-19.

De todo modo, a gestão deve usar das informações extraídas das demonstrações contábeis e tomar decisões assertivas para melhoria dos indicadores futuros.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo teve como principal objetivo demonstrar que as demonstrações contábeis possuem uma importância maior do que apenas a de cumprimento da obrigação fiscal, mas a de gerar informações úteis para a tomada de decisões em uma entidade.

Não é apenas possível mas também de suma importância gerar análises com indicadores para obter um melhor resultado e mais informações a respeito da situação patrimonial, financeira e econômica da empresa.

Verificando, por exemplo, a análise do Balanço Patrimonial Comparativo é possível constatar as variações na posição patrimonial e financeira da organização e tomar decisões acerca da alocação de recursos financeiros que promovam maior rentabilidade para a entidade.

Já com a análise da Demonstração do Resultado do Exercício é possível verificar como foi “construído” o desempenho da entidade diante sua operação, corrigir gargalos operacionais para períodos futuros e, conseqüentemente, melhorar a operação da organização.

Vale ressaltar que a análise por indicadores traz dados extraídos com base nas demonstrações financeiras. Cabe ao profissional contábil transformar esses dados em informações úteis para o processo decisório da organização fazendo, assim, cumprir a finalidade da contabilidade.

Outro ponto importante a destacar é que a análise realizada comparando exercícios pode estabelecer uma possível tendência. Isso posto, mesmo que não estabeleça a previsão de futuros resultados, demonstrará uma tendência operacional da organização se estiver em cenários semelhantes aos analisados.

Com isso é possível buscar melhorias em alguns aspectos para a entidade e corrigir, para períodos futuros, erros que estejam sendo cometidos e que poderiam comprometer a continuidade da organização.

## 5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sônia Maria de. **Classificação e Função das Contas. Curso Técnico em Operações Comerciais.** S/D. Disponível em [proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/726/contabilidade\\_06.pdf?sequence=7&isAllowed=y](http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/726/contabilidade_06.pdf?sequence=7&isAllowed=y) Acesso em 03 Out 2022

ASSIS, Roger Arantes; MARTINS, Pablo Luiz; MARTINS, Caroline Mirã Fontes; NETA, Maria do Carmo Santos; BORBA, Erika Loureiro. **Índices de Rentabilidade: Um Estudo de Caso sobre o Mercado de Transporte de Cargas em Campo Belo-MG**, 2016.

BANDEIRA, Leonardo dos Santos. **Indicadores de Rentabilidade: Estudo de caso com empresas listadas na BM&FBOVESPA**, s/d. Disponível em [semanaacademica.org.br/system/files/artigos/indicadores\\_de\\_rentabilidade\\_leonardo.pdf](http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/indicadores_de_rentabilidade_leonardo.pdf) Acesso em 07 Ago 2022.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, análise e Interpretação.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL, República Federativa do. **Lei 6404/1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.** Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm) Acesso em 25 Ago 2022.

BRASIL, República Federativa do. **Lei 12973/2014. Altera a legislação tributária...** Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/Lei/L12973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L12973.htm) Acesso em 11 Set 2022.

CONTABILIDADE, Conselho Federal de. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG Estrutura Conceitual, De 21 De Novembro De 2019.** Disponível em [www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTGEC.pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTGEC.pdf) Acesso em 20 Set 2022

CONTABILIDADE, Conselho Federal de. **NBC TG 26 (R5) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.** Disponível em [www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26\(R5\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26(R5).pdf) Acesso em 20 Set 2022

Marion, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis** 8. ed. – [2. Reimpr.]. – São Paulo: Atlas, 2023.

MARTINEWSKI, A.L. **Contabilidade e Análise das Demonstrações Financeiras. Especialização em Mercado de Capitais** 2009. Porto Alegre: UNIVERSIDADE FEDERAL do RIO GRANDE do SUL – UFRGS, Escola de Administração – EA, 2009

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, C.L; BENEDICTO, G.C. **Análise de Demonstrações Financeiras.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PEREIRA, Antonio Gualberto. **Análise das demonstrações contábeis**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

SANDE, Silvio. NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Método, 2021.

SANTOS, C. BARROS, S. F. **Curso Estrutura e Análise de Balanços**. São Paulo: IOB-Thomson, 2013.

SILVA, Juarez Pereira da; ORDONES, Solange Aparecida Devechi. **A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO**, 2014

SOUSA, Dayse Pereira Cardoso; MARTINS, Roberto. **Análise das Demonstrações Contábeis**, 2010

SUSIN, Simone. **Análise da Lucratividade e Rentabilidade na maior rede varejista do Brasil**, 2013.

Yin, Robert K. **Estudo de Caso Planejamento e Métodos**. 2015.